

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada
Internacional
Políticas Públicas

19.22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

POLÍTICAS SOCIAIS E COLONIZAÇÃO FINANCEIRA DOS PAÍSES LATINO-AMERICANOS NO SÉCULO XXI

André Luciano da Silva¹

RESUMO

Este artigo versa de forma introdutória sobre o novo colonialismo que se instalou sobre os países latino-americanos no século XXI. Através de uma pesquisa bibliográfica observou-se a constituição de uma nova forma de colonização nesses países por meio da concessão de recursos financeiros por entidades internacionais. Em contrapartida tais instituições credoras além dos recursos emprestados mais os juros, exigem mudanças e reorganizações nos quadros econômicos, políticos e sociais destes países como formas de pagamento dos empréstimos. Porém, muitos deles não conseguem pagar suas dívidas, o que produz um ciclo de dependência ao grande capital.

Palavras-chave: Políticas Sociais; Neocolonialismo. América Latina.

ABSTRACT

This article is an introduction to the new colonialism that settled over Latin American countries in the 21st century. Through a bibliographic research, it was observed the constitution of a new form of colonization in these countries through the concession of financial resources by international entities. On the other hand, such lending institutions, in addition to borrowed resources plus interest, require changes and reorganizations in the economic, political and social frameworks of these countries as forms of loan repayment. However, many of them are unable to pay their debts, which produces a cycle of dependence on big capital.

Keywords: Social Policies; Neocolonialism. Latin America.

¹ Universidade Federal de Alagoas; Doutorando em Serviço Social; andre-ses2@hotmail.com.

PROMOÇÃO



APOIO





1 INTRODUÇÃO

Karl Marx expôs em sua obra *O Capital*, Livro I, a importância das colônias no processo da acumulação primitiva do capital, compreendendo a pilhagem das riquezas dessas terras e a exploração dos seus povos como elementos cruciais para o erguimento do capitalismo como modo socioeconômico dominante. O que demonstra, de forma cabal, que a expansão do capitalismo se deu pela violência, pela exploração e pela morte de povos, ações encouraçadas de discurso ideológico de progresso e de desenvolvimento.

Mas assim como István Mészáros (2012) explica que “o capital é irreformável e incontrolável”, entende-se que o capital também é insaciável na sua sanha da produção destrutiva, pois mesmo após a derrocada do colonialismo na América Latina, com a conquista da independência dos países latino-americanos, o processo de dependência econômica não cessou. Surgem novas formas de colonialismos, as quais submetem aqueles países a novas formas de dependência; agora a outras metrópoles. E isso por que se antes as imposições políticas, econômicas e ideoculturais ocorriam pela espada e pela cruz, agora ocorrem pela concessão de empréstimos financeiros; porém sem largar de mão do aparato da força.

Neste contexto observa-se a sofisticação da crueldade do processo de exploração do trabalho e da desumanidade pelo capital. Elementos que Karl Marx (2014) já denunciava no Livro III do *Capital*, como a essência alienante e alienadora do capital portador de juros e de seu produto o capital fictício proliferaram no século XX, e se tornam a tônica no século XXI. Hoje, o processo de exploração da força de trabalho se camufla nos sobes e descas das bolsas de valores pelos países e tentam “esconder” a exploração cada vez mais intensa do trabalho.

Esses elementos repercutem na implantação das políticas sociais no continente latino-americano, pois uma vez que elas não têm em sua essência o objetivo de atingir o cerne dos problemas sociais – ou seja, o próprio modo de produção capitalista –, são importantes instrumentos das classes dominante em prol da manutenção do *status quo*, e isso por que dão um verniz “humanizador ao capital”; algo incompatível com a sua essência. Além disso, elas servem, também, para demonstrar a recalcitração da

PROMOÇÃO



APOIO

dependência dos países latino-americanos às grandes potências políticas e econômicas atuais; agora sob as bases de um 'colonialismo financeiro'.

Explicar esse processo de 'colonização financeira' no capitalismo contemporâneo, mesmo que de forma introdutória, é necessário para compreender a essência das políticas sociais implantadas nos países latino-americanos, assim como expor os seus avanços e limites na sociedade regida pelo capital. Para isso, partimos de uma pesquisa bibliográfica em autores que nos permite expor de forma panorâmica tal movimento histórico dessa colonização. E estruturamos este artigo em três momentos: o primeiro resgata o processo de colonização de nossas terras no processo de erguimento do capitalismo; o segundo apresenta o desenvolvimento das políticas sociais na América Latina e expõe o surgimento do processo de 'colonialismo financeiro' dos países latino-americanos. Por fim, traçamos nossas considerações finais.

2 CAPITALISMO MERCANTIL (XV-XVIII) E AS BASES DO COLONIALISMO NA AMÉRICA LATINA: ALGUNS PRESSUPOSTOS

O capitalismo mercantil ou comercial surge dos interstícios da decadência do regime feudal na Europa Ocidental no século XV quando com o desenvolvimento das cidades, das feiras livres e com a ascensão de uma nova classe social, a burguesia, o sistema socioeconômico baseado na propriedade privada da terra e na relação de servidão é solapado pela ascensão das relações mercantis.

A produção no Feudalismo era caracterizada pela autossuficiência, ou seja, nos feudos a produção era restrita ao atendimento das demandas locais, e as trocas eram esporádicas. Todavia, com a ascensão dos comércios nas feiras livres em torno dos feudos, as relações mercantis se tornam mais avulsas. Neste cenário, a utilização da moeda e a comercialização de novas mercadorias começaram a ofuscar as relações de produção feudal; e o mercantilismo tornar-se-á o modelo vigente (PAULO NETTO; BRAZ, 2009).

Essas atividades comerciais apresentavam outra forma de trabalho, o trabalho livre e assalariado, ou seja, estes trabalhadores não estavam presos aos feudos e às leis dos senhores feudais, mas estavam atrelados ao comércio de mercadorias. Por isso, o objetivo da busca de novas mercadorias para além das terras europeias tinha

PROMOÇÃO



APOIO

como seus combustíveis moventes a usura e o enriquecimento por meio da comercialização de novas mercadorias. E é neste percurso que tais interesses atravessam o mar e chegam às terras, hoje denominadas americanas. E seus viajantes eram, em alguns casos, financiados pelos reis católicos espanhóis com o apoio da Igreja Católica.

A exploração dessas terras, de seus povos originários e de suas culturas pelos europeus são partes moventes e movidas da própria constituição do capitalismo. A colonização de terras americanas, africanas e asiáticas deram os substratos objetivo-materiais para a estruturação e expansão desse sistema. Por isso, ao falar de capitalismo europeu é crucial expor suas bases marcadas pelo sangue e pelos corpos de homens, mulheres e crianças nativos.

[...] Karl Marx escreve: 'O descobrimento das jazidas de ouro e prata da América, a cruzada de extermínio, escravização e sepultamento das minas da população aborígine, o começo da conquista e o saque das Índias Orientais, a conversão do continente africano em campo de caça dos escravos negros: são todos fatos que assinalam a alvorada da era da produção capitalista. Esses processos 'idílicos' representam outros tantos fatores fundamentais no movimento de acumulação originária' (MARX, s/d, *apud* GALEANO, 2017, p. 30).

Eduardo Galeano em *Veias abertas da América Latina* (2017) nos evidencia que a colonização das terras hoje denominadas latino-americanas foi realizada por meio da espada e da cruz; mas antes, boa parte dos nativos padecia já no contato com os vírus e as bactérias que os europeus traziam em seus corpos.

Bactérias e vírus foram os aliados mais eficazes. Os europeus traziam, como pragas bíblicas, a varíola e o tétano, várias enfermidades pulmonares, intestinais e venéreas, o tracoma, o tifo, a lepra, a febre amarela, as cáries que apodreciam as bocas. A varíola foi a primeira a aparecer. [...] Os índios morriam como moscas; seus organismos não opunham resistência às novas enfermidades, e os que sobreviviam ficavam debilitados e inúteis (GALEANO, 2017, p. 19-20).

Os extermínios de povos e de civilização como a Asteca e a Inca em detrimento da pilhagem do ouro e da prata foi a tônica processual na grande maioria do território.

[...] os indígenas foram completamente exterminados nas lavagens do ouro, na terrível tarefa de revolver as areias auríferas com a metade do corpo debaixo d'água, ou lavrando os campos até a exaustão, com as costas dobradas sobre pesados instrumentos de arar trazidos da Espanha. [inclusive] Muitos indígenas da Dominicana se antecipavam ao destino imposto por seus novos opressores

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

brancos: matavam seus filhos e se suicidavam em massa (GALEANO, 2017, p. 16).

No percurso da colonização, a exploração dos corpos dos povos nativos latino-americanos, das terras e de suas riquezas – do ouro e da prata – foi a primeira camada da estrutura em que se assentaram os interesses capitalistas entre nós. Depois, com a introdução do negro africano escravizado nos campos de cana-de-açúcar, e em seguida com a inclusão dos imigrantes europeus nos cafezais no Brasil, por exemplo, as terras latino-americanas permaneciam como antes, colônias e dependentes, mesmo com suas independências no papel. E isso por que, a independência que se conseguirá era de cunho político e não econômico (DONGHI, 1975).

As riquezas aqui pilhadas tornaram condições objetivas e subjetivas para a formação de grandes potências econômicas europeias. E neste contexto, a função de dependência imposta às nações latino-americanas permanecia, enquanto ocorriam a industrialização e a formação e o desenvolvimento de um complexo sistema bancário na Europa que ao mesmo tempo em que financiava a produção capitalista pelo mundo, auxiliava a construção dos grandes monopólios. Na lógica dos interesses capitalistas, a função de dependência e de colônia da América Latina permanece até hoje. Contudo, manifesta-se em novas formas, mas com os mesmos objetivos (DONGHI, 1995).

O financiamento das políticas sociais na América Latina, por exemplo, constitui uma dessas novas formas de dependência e de colonialismo, pois, além das instituições financiadoras mundiais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional - FMI e outras) impõem juros altíssimos aos países que as procuram; elas requisitam mudanças sociais, econômicas e políticas na estrutura dessas nações como condições contratuais para a efetividade do pagamento dos recursos concedidos. Neste sentido, o domínio e a imposição dos interesses do grande capital não precisam ser realizados propriamente pela invasão dos territórios, pela espada e pela cruz de outrora – o que não significa que não o façam também, veja as invasões pelos EUA em países do Oriente, ou de forma mais estratégica e velada, a guerra entre Ucrânia e Rússia – mas através de uma relação contratual, formal e desigual. Não levando em conta que tais nações latino-americanas se encontram na condição de dependentes porque foram exploradas por

PROMOÇÃO



APOIO

séculos, inclusive por países que fazem parte daquelas instituições que concedem os empréstimos.

Para compreender a concessão dos empréstimos por entidades internacionais para a implantação das políticas sociais nos países latino-americanos como uma nova forma de colonialismo – o “colonialismo financeiro” – é necessário retomar a origem e a função social dessas políticas, sua intrínseca relação com o Estado e o seu papel na operabilidade dos interesses do capital sobre o trabalho no contexto latino-americano.

3 POLÍTICAS SOCIAIS NA AMÉRICA LATINA E “COLONIALISMO FINANCEIRO”: UMA INTRODUÇÃO

As políticas sociais são produtos típicos do sociometabolismo capitalista em seu estágio monopolista. Resultado da luta de classes que se estende desde o período do capitalismo industrial; elas guardam intrínseca relação com o Estado e com o projeto societário burguês. É parte do resultado dos esforços das classes dominantes em manter o seu projeto societário, escondendo ou atenuando e, jamais eliminando as mazelas da questão social decorrentes do seu modo de produção (a miséria, a pobreza, o desemprego estrutural, a exclusão etc.) (PAULO NETTO, 2013). Ao mesmo tempo, elas se configuram como respostas às insurreições e às reivindicações da classe trabalhadora e ao projeto societário socialista-comunista, principalmente após a Revolução Russa (1917).

É nessa relação que se entende as políticas sociais, não como meras concessões das classes dominantes, mas também como conquistas da classe trabalhadora dentro dos limites do sistema capitalista.

Behring e Boschetti em *Políticas Sociais: fundamentos e história* (2010) esclarecem que as políticas sociais surgem tímidas no cenário capitalista e sua generalização está atrelada ao desenvolvimento do projeto de recuperação do capital de sua crise de 1929, onde a intervenção do Estado passa a ter maior destaque.

Esse cenário de crise exigiu mudanças no modo operativo-técnico de produzir e consumir no capitalismo. Neste contexto, enquanto Henry Ford e Friedrich Taylor revolucionavam as forças produtivas introduzindo mudanças no modo de produção – priorizando a produção em massa para o consumo de massas e os acordos coletivos

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

com a classe trabalhadora em torno dos ganhos de produtividade do trabalho –; John Maynard Keynes (1883-1946) em seu livro *Teoria Geral do Emprego, do juro e da Moeda* (1936) ao buscar compreender a crise de 1929 e propor soluções para ela, tece algumas críticas aos princípios do liberalismo ortodoxo, à Economia Clássica, e advoga a necessária intervenção do Estado como um instrumento propulsor de demandas efetivas e um poderoso estimulador da economia capitalista em seus períodos de crises, defendendo inclusive a criação, nos períodos de prosperidades, de um fundo público de reserva para ser investido nos períodos de depressão produtiva (BEHRING; BOSCHETTI, 2010).

Neste cenário, as políticas sociais são concebidas também como instrumentos anticrises. Ou seja, pertenciam ao rol das medidas adotadas pelos representantes do capital para retomar o desenvolvimento econômico capitalista.

As palavras de ordem da proposta intervencionista estatal de Keynes eram: gerar empregos e aumentar a renda por meio da institucionalização de serviços públicos e políticas sociais, produzindo uma atmosfera de maior “igualdade” entre as classes. Mas o que se analisou de fato nesta conjuntura foi que a exploração da classe trabalhadora foi tão intensa que as migalhas da produção se tornavam maiores que antes, porém ainda migalhas em comparação ao montante do lucro que os capitalistas embolsavam.

Esses elementos técnicos, teóricos e econômicos embasaram as principais propostas de recuperação das economias nos países de capitalismo central pós-crise. Nos EUA teve o *New Deal*, proposto pelo Presidente Roosevelt; e em alguns países da Europa ocidental houve o *Welfare States*, na França, o *Estado-providência* e na Alemanha o *Estado Social*. Períodos marcados pela grande intervenção do Estado no social e na economia e pela grande produção-consumo e acumulação de capital, fornecendo “os anos de ouro do capitalismo” e das políticas sociais naqueles países.

Todavia, tal estágio de bonança chega ao seu fim no término da década de 1960 com a ascensão de uma nova crise cíclica do capital. Abrindo as cortinas para um novo momento do capitalismo, o capitalismo contemporâneo. E ao mesmo tempo exige-se a formatação de novas formas para a sobrevivência do capital.

Observa-se assim que a passagem de um Estado interventor liberal para o Estado interventor social por meio de políticas sociais é decorrente de vários

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

acontecimentos históricos, políticos e econômicos durante o período do capitalismo monopolista clássico (fins do século XIX até a Segunda Guerra Mundial) se estendendo pelo capitalismo tardio (pós 1945). E foi nesse percurso que as políticas sociais se multiplicaram, ganhando o seu *boom*. Todavia, as políticas sociais não foram implantadas da mesma forma e em todos os países. Por exemplo, nos países latino-americanos inexistiu um *Welfare State* e as políticas sociais introduzidas neste território seguiu uma trajetória peculiar.

As políticas sociais na América Latina foram antecedidas, primeiramente, no período de colonização, pela inexistência de medidas de proteção do trabalho – período identificado pela exploração e repressão dos povos nativos e dos negros escravizados em detrimento do acúmulo de riquezas pelas metrópoles –; e só a partir do século XIX com a inclusão dos trabalhadores europeus nos campos produtivos latino-americanos, foram constituídas medidas sociais, seguros sociais vinculados à proteção/segurança dos trabalhadores em decorrência da organização e pressões políticas desta classe por melhores condições de trabalho. Contudo, tais medidas foram marcadas pela centralização nos trabalhadores urbanos que estavam atrelados ao processo de produção e escoamento das mercadorias; o que promoveu a exclusão da maioria da população que se encontrava desempregada ou no trabalho informal. Assim, as primeiras medidas de proteção do trabalhador na América Latina estavam centradas nos trabalhadores urbanos formais, expondo o caráter de medidas focalizadas, centristas e excludentes (SANTOS, 2018).

Com o desenvolvimento do capitalismo mediante os projetos desenvolvimentistas, embasados na industrialização, que marcaram os países latino-americanos desde a primeira metade do século XX, o espraiamento das expressões da questão social tornou-se um problema a ser administrado e o Estado será o ente incumbido de responder a tais expressões, o que fará através de políticas sociais; exigindo também um conjunto de profissionais qualificados para pensar e executar tais políticas (PAULO NETTO, 2013; SANTOS 2018;). Contudo, as peculiaridades decorrentes da inclusão dos países latino-americanos no sociometabolismo do capitalismo mundial terá grande influência no desenho das políticas sociais neste território.

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOS

JOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023

CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL



REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

Santos (2018) em sua dissertação de mestrado evidencia que a implantação das políticas sociais na América Latina guarda uma relação de dependência com os interesses dos países de capitalismo central; e isso devido à forma como este continente foi inserido no sistema capitalista imperialista mundial. Aliás, a autora explica que o Estado que se formou nos países latino-americanos mantém, assim como Engels (2012) já havia exposto, ‘a sua funcionalidade instrumental para a garantia do poder das classes economicamente dominantes’, porém ele também se insere na lógica das relações sociais das classes dominantes exteriores, das grandes potências do capitalismo. Produzindo um Estado dependente e serviçal aos interesses do capital externo.

Além desse caráter particular do Estado, a implantação das políticas sociais no território latino-americano também possui uma lógica histórica particular, o que confere uma diversidade entre os próprios países da América Latina em relação ao surgimento de suas políticas sociais.

Segundo Mesa-lago (2004) os países da América Latina que implementaram as políticas sociais, tiveram Chile, Uruguai, Brasil, Argentina e Cuba como pioneiros desde 1920, com medidas sociais nacionais devido à demanda de trabalhadores urbanos ante a industrialização. Já em 1940, Costa Rica, Equador, Peru, Panamá, Paraguai, Colômbia, México e Venezuela adotam medidas similares às europeias, orientados por princípios Beveridgianos, mas com um sistema de Política Social dual, indo do focalizado ao universal. E em 1950 e 1960, República Dominicana, El Salvador, Guatemala, Nicarágua, Haiti e Honduras destacam-se com tardias iniciativas, em que as políticas sociais se caracterizam de forma residual e excludente (SANTOS, 2018, p. 57).

Evidencia-se que a implantação das políticas sociais nos países da América Latina apresentam caminhos diferentes dos países de capitalismo central, que vivenciaram o Estado de Bem-Estar Social. E o cenário de crise do capital no final da década de 1960 vai potencializar essas particularidades, sobretudo, o caráter de dependência dos países latino-americanos, agora a uma estrutura financeira mundial.

As ditaduras civil-militares na década de 1960 e 1970, em vários países da América Latina, promoveram as mudanças necessárias para a nova fase do capitalismo. Realizando os ajustes estruturais para a inclusão desses países nos novos ditames do imperialismo capitalista e reprimindo as prováveis insurreições e manifestações contrárias aos interesses do grande capital, o Estado autocrático no território latino-

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19, 22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

americano realizava as suas funções típicas para assegurar o poder sob as mãos das classes dominantes e as submete aos interesses do capital internacional. Outra vez, a condição de dependência desse território sobressalta e expõe os interesses das grandes potências mundiais atreladas às mudanças operadas no campo social, econômico, político e cultural.

A produção-consumo numa lógica flexível será o novo modelo administrado pelas personificações do capital para responder as expressões da crise da década de 1970. Tal modelo exige um sistema produtivo de acordo com as demandas, buscando a eficiência e a diminuição dos erros e incluindo novas tecnologias no processo produtivo, o que descarta vários trabalhadores. Exige também um Estado mais enxuto e mínimo para as exigências e necessidades sociais, porém máximo ao capital, o que significa: políticas de cortes de direitos trabalhistas e sociais, políticas de austeridade regadas pela intensificação da exploração do trabalho, privatizações, destruição dos sindicatos e a ampliação de um exército de desempregados.

Critica-se a arquitetura onerosa do Estado de Bem-Estar Social, seus gastos com os direitos sociais e trabalhistas. E como reação política e econômica a este Estado intervencionista propõe-se o modelo de desenvolvimento econômico e social denominado neoliberalismo, o qual recorre às ideias liberais.

Esse contexto de mudanças repercute frontalmente na configuração do precário, focalizado e segmentado modelo peculiar de políticas sociais adotado nos países da América Latina. Aliás, foi a partir de 1973 na ditadura chilena com Augusto Pinochet que tais medidas neoliberais foram inicialmente implantadas.

Neste contexto, a financeirização da produção terá um peso substantivo no processo produtivo dos países latino-americanos e também na inclusão dos interesses neoliberais em seus territórios nas décadas de 1980 e 1990. Pois, através da concessão de empréstimos a juros altíssimos por grandes entidades financeiras mundiais (Banco Mundial, Fundo Monetário Internacional – FMI, Banco Interamericano de Desenvolvimento – BID) aqueles países buscarão melhorar as suas condições socioeconômicas almejando o desenvolvimento cantado como possível pelas grandes potências capitalistas. Todavia, o resultado foi o crescente endividamento desses

PROMOÇÃO



APOIO



países, criando impedimentos para o pagamento das suas dívidas externas e gerando um novo formato de dominação sobre os países latino-americanos.

Neste período, a dependência financeira destes países às grandes entidades financeiras só aumentava, o que produzia uma dívida que só crescia. Em 1989, foi organizado um seminário com vários economistas latino-americanos e representantes das entidades financeiras internacionais que ficou conhecido como *Consenso de Washington*. Este elaborou dez medidas neoliberais com o intuito de que os países latino-americanos pudessem diminuir e/ou sanar as suas dívidas. Essas medidas se referiam a reformas e privatizações de estatais e a medidas de enxugamento ainda mais dos direitos sociais e trabalhistas. O resultado dessa administração foi: diminuição nas taxas de crescimento, déficits públicos crescentes, graves crises cambiais e o acirramento da dependência financeira dos países latino-americanos, que “passam a sustentar o crescimento econômico dos países centrais, mas em contrapartida acabam por manter a dependência, beneficiando apenas o modo de produção capitalista” (SANTOS, 2018, p. 64).

A dívida externa tornou-se um dos instrumentos de dominação mais significativos dos países de capital central sobre os países latino-americanos na atualidade. E os trabalhadores foram os que mais sofreram e sofrem com todas essas mudanças, seja pelo desemprego estrutural, pela precarização das relações de trabalho, pela perda dos direitos sociais básicos, pela privatização de bens públicos, etc. A exploração do trabalho ganha contornos mais alienantes e a retórica da ideologia dominante ganha maiores espaços no contexto social e cultural através das ideias de meritocracia, empreendedorismo, esforço individual etc.

Esse novo formato de dependência insere esses países numa nova relação de colonização, agora colônias das entidades mundiais de financiamento – formadas por um conjunto de países dominantes. Através da concessão de recursos financeiros os países dominantes mantêm o seu poder sobre aqueles países; sugando juros e interferindo nas suas estruturas políticas, econômicas e sociais por meio da administração das medidas neoliberais. “Segundo Prety (2008), os organismos internacionais olham para o continente latino-americano com prepotência e se impõem

PROMOÇÃO



APOIO

PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

como colonizadores, submetendo esses povos ao pesado jogo de exploração financeira” (SANTOS, 2018, p.63).

Essa nova configuração de colonização embasada no endividamento está presente nos tempos hodiernos, que não acaba com a relação clássica de exploração do trabalho pelo capital, mas se apresenta como a forma mais alienadora e alienante de exploração do trabalho, pois ela se apresenta como uma mera formalidade, um contrato entre países livres, sem levar em conta as especificidades históricas desses países, seu lugar na lógica internacional da produção capitalista e de que as condições de dependência dos países latino-americanos são produtos de um constante processo de exploração/dominação.

As políticas sociais neste contexto são reformuladas mediante esses novos contornos excludentes. E o relatório de Desenvolvimento Humano de 2000 dará a nova tônica da configuração e o foco das políticas sociais. Como medida para diminuir os efeitos do *Consenso de Washington*, aquele relatório composto por oito objetivos almeja reestruturar os orçamentos no intuito de diminuir, até 2015, os índices de pobreza e a exclusão em âmbito mundial.

Eliminar a pobreza extrema e a fome será o foco dos principais programas sociais formulados e implantados nos países latino-americanos nos anos 2000. Segundo Santos (2018) esses programas são marcados por ações setorizadas, fragmentadas, assistencialistas e condicionadas, marcadas especialmente pela transferência de renda, onde o Estado volta ao seu caráter assistencialista, atendendo precariamente sujeitos específicos e em determinadas condições (crianças, adolescentes, pessoas com deficiência, idosos, desempregados etc.). O Programa de Erradicação do Trabalho Infantil – PETI; o Programa Bolsa Família – PBF no Brasil são exemplos dessas ações focalizadas e direcionadas. E os recursos são repassados prioritariamente às mulheres-mães de família.

O caráter universal de políticas sociais é atacado pelas privatizações e pela desresponsabilização do Estado em executá-las, terceirizando-as para a sociedade civil e para a própria iniciativa privada mediante repasses de recursos públicos. Neste contexto, ocorre a intensificando de ações focalizadas a membros específicos da família

PROMOÇÃO



APOIO



que se encaixem em determinados graus de vulnerabilidade e miserabilidade (MENDONÇA; 2013; SANTOS, 2018).

Essa reconfiguração das políticas sociais destina-se a garantir recursos para o pagamento da dívida externa constituída, pois ao enxugar o Estado, as políticas sociais e seu aparato tornam-se mínimos, e o Estado configura-se como assistencialista; compatível com os interesses neoliberais. Observa-se que a reformulação do Estado e das políticas sociais está dentro das condições de dependência dos países latino-americanos, que realizam tais políticas precárias para destinar os recursos internos ao pagamento de suas dívidas externas e não ao seu povo, e assim engordar os quinhões dos grandes capitais externos em detrimento da miséria de sua população.

Ou seja, a dependência desses países se intensifica ainda mais nessas novas relações, cria-se um novo colonialismo agora atrelado ao campo financeiro, às dívidas externas; onde o aparato de segurança social, as políticas sociais são reformuladas não para atender as condições básicas da população, mas para aumentar a centralização da riqueza em detrimento da massificação da pobreza e desumanização de vários.

4 CONCLUSÃO

O capitalismo na América Latina deve ser compreendido dentro da lógica do capitalismo enquanto sistema global de produção e reprodução socioeconômica. Contudo, a forma como os países latino-americanos são incluídos nesta dinâmica deve ser evidenciada para que haja uma real compreensão do papel que estas nações desempenharam e desempenham no capitalismo.

Partir desta premissa é compreender que o processo de colonização, exploração e dependência econômica dessas nações foram e continuam sendo partes moventes e movidas da própria constituição do capitalismo como modelo hegemônico. E que as personificações do capital se valeram dessa dependência construída para aumentar os seus quinhões e impor os seus interesses. E isso acontece em vários campos da vida social e não é diferente com as políticas sociais implantadas neste território.

Se no primeiro momento (colonização) não houve medidas de proteção para os povos nativos e negros escravizados nas terras latino-americanas, ficando reféns de ajudas filantrópicas eventuais e da repressão do Estado; no segundo momento

PROMOÇÃO

APOIO



PPGPP
30 ANOSJOINPP
20 ANOS

XI Jornada Internacional Políticas Públicas

19.22
SET/2023CIDADE UNIVERSITÁRIA
DOM DELGADO
SÃO LUÍS/MA - BRASIL

REIFICAÇÃO CAPITALISTA E EMANCIPAÇÃO
HUMANA COMO NECESSIDADE HISTÓRICA
Formação da Consciência de
Classe na Luta de Hegemonias

CEM ANOS DE HISTÓRIA E CONSCIÊNCIA
DE CLASSE DE LUKÁCS

formaram-se medidas sociais, seguros sociais focalizados nos trabalhadores urbanos formais – trabalhadores constituídos em sua maioria por emigrantes europeus – em decorrência da industrialização e dos projetos desenvolvimentistas nestes países. Mas também pela organização e luta da classe trabalhadora em prol de melhores condições de trabalho e vida. Ou seja, nestes dois momentos, a maioria da população na América Latina se encontrava desassistida.

O terceiro momento é marcado pela inclusão de políticas e programas sociais tardios que aprofundam o grau de dependência dos países latino-americanos aos interesses do grande capital. São as políticas sociais e programas financiados pelos créditos concedidos pelas grandes instituições financeiras a juros altíssimos. E é na concessão desses financiamentos que muitos países latino-americanos vão contrair as suas dívidas externas; e as medidas neoliberais vão sendo administradas pelos seus governantes como condição para o pagamento aos seus credores. Com a adoção dessas medidas, o Estado tornar-se-á mínimo em relação ao atendimento das condições básicas da população e máximo para os interesses do grande capital externo.

É sob esta lógica que se observa o surgimento de uma nova forma de colonialismo dos países latino-americanos; marcada pela tomada de empréstimos das grandes instituições financeiras e pela dificuldade desses países em sanar suas dívidas. E como medida para responder a essas dificuldades adota-se o receituário neoliberal, onde as políticas sociais e o Estado ganham características assistencialistas e focalizadas em indivíduos da família através de repasses de recursos financeiros mediante certas condicionalidades. Neste processo há uma desresponsabilização do Estado perante as políticas sociais e a responsabilização passa a ser da família, especialmente da mulher-mãe. Ao mesmo tempo ocorre a intensificação da exploração do trabalho, a diminuição da proteção social e a precarização das condições trabalhistas, e o capital produzido é destinado ao pagamento da dívida externa e não em benefício da sua população.

Essa nova forma de colonização ocorre da maneira mais alienada e alienante possível, pois se dá através de um acordo aparentemente comum entre dois países formalmente livres, sem levar em conta: à própria lógica predatória e imperialista do grande capital em sua atual fase; o lugar que cada país ocupa nessa relação; e que os

PROMOÇÃO



APOIO



países latino-americanos são produtos de um processo de pilhagem de suas terras, de sua natureza e da exploração de seu povo que o tornaram dependentes ao grande capital por séculos.

REFERÊNCIAS

BEHRING, E. R. BOSCHETTI, I. **Política Social: fundamentos históricos**. 7 ed. São Paulo: Cortez, 2010. (Biblioteca Básica do Serviço Social, v.2).

DONGHI, h. **História da América Latina**. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1975.

ENGELS, F. **A origem da família, da propriedade privada e do Estado**. 3 ed. Tradução de Leandro Konder. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

GALEANO, E. **As veias abertas da América Latina**. Porto Alegre: L & PM editores, 2017.

MARX, K. **O Capital**. Livro Primeiro – O processo de Produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **O Capital**. Livro Terceiro – O processo Global da Produção do capital. São Paulo: Boitempo, 2014.

MENDONÇA, L.J.V.P. A América Latina: da desigualdade social à desigualdade econômica ou característica e variações de um mesmo tema. In: GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; RAIZER, Eugenia Célia (Org). **A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano**. EDUFES: Vitória/ES, 2013, p. 112-128.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital: rumo a uma teoria da transição**. São Paulo: Boitempo, 2012.

PAULO NETTO, J. A questão social na América Latina. In: GARCIA, Maria Lúcia Teixeira; RAIZER, Eugenia Célia (Org). **A questão social e as políticas sociais no contexto latino-americano**. EDUFES: Vitória/ES, 2013, p. 83-111.

_____; BRAZ, M. **Economia Política: uma introdução crítica**. 5 ed. São Paulo: Cortez, 2009. (Biblioteca Básica de Serviço Social – volume 1).

SANTOS, E. I. V. **As políticas Sociais na América Latina: fundamentos e contradições**. 95.p. Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Alagoas – UFAL. Faculdade de Serviço Social, Programa de Pós-Graduação em Serviço Social. Maceió – AL, 2018.

PROMOÇÃO



APOIO